

RELAÇÕES DE PODER E GÊNERO¹

Ana Maria COLLING
acolling21@yahoo.com.br

*Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul.
UNIJUI.Brasil*

1. HISTÓRIA DO FEMININO

A história das mulheres é uma história recente, porque desde o século 19, quando a História se transforma em disciplina científica, o lugar da mulher dependeu das representações dos homens, que foram por muito tempo, os únicos historiadores. Na década de 60, as mulheres quiseram contar a sua história, olharam para trás e viram que não tinham história. Não existiam, eram somente uma representação do olhar masculino. Os homens a contavam. Por isso, falar do feminino é falar das representações que esconderam este feminino ao longo da história.

Os historiadores hierarquizaram a história – o masculino aparecendo sempre como superior ao feminino. A universalidade do “eles” mascarou o privilégio masculino aparecendo como uma neutralidade sexual dos sujeitos. Como contar a sua história sob este universalismo que negava a diferença entre os sexos? Como contar suas experiências se englobadas num sujeito único universal?

Os historiadores fizeram a historiografia do silêncio. A história transformou-se em relato que esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, fora do acontecimento. Mas elas não estão sozinhas neste silêncio-profundo. Elas estão acompanhadas de todos aqueles que foram marginalizados pela história como os negros, os índios, os velhos, os homossexuais, as crianças, etc. Portanto, escrever a história das mulheres é libertar a história. Libertar a história das amarras das metanarrativas modernas, falocêntricas.

¹Trabalhar com a História das Mulheres exige que nós a entendamos como uma bem arquitetada invenção – política, social, cultural. As mulheres, e também os homens, são simplesmente um efeito de práticas discursivas e não discursivas. Portanto, reconhecer os discursos e as práticas que nomearam as mulheres, o lugar social, as tarefas, as atribuições, e também a subjetividade feminina é uma tarefa primeira. Enquanto a história não incorporar em seus relatos os dois gêneros, será uma história incompleta, escancarando as relações de poder que escondem sujeitos, sob o manto do sujeito universal.

Sempre existiu um trabalho incessante para contar as mulheres, contar a história das mulheres, numa tentativa de chegar o mais próximo possível de suas vidas no cotidiano. Carole PATEMANN (1993)² assegura que existiu um contrato sexual antes do contrato social. Este contrato definiu que as mulheres seriam confinadas no mundo privado, visto como politicamente irrelevante, e os homens atuariam no público, lugar da liberdade civil, da política e do poder por excelência. A diferença sexual se converte em uma diferença política.

A mulher foi construída com uma natureza - “a natureza feminina”. Ao delimitar o espaço privado e doméstico, a função de esposa e mãe como única alternativa digna e possível ao feminino, enclausura-se a mulher no lar, sem acesso à palavra (a palavra pública, do poder) e cria-se a representação de “anjo e rainha do lar”. Figura e lugar santificado que a mulher interpretou como uma homenagem do homem à sua companheira.

Equiparadas às crianças, as mulheres são marcadas por uma sensibilidade e uma sexualidade excessivas, pela natureza de sua constituição. Tornam-se temidas pelo seu fascínio e sua irracionalidade que em qualquer momento pode surgir, irromper. Como antídoto a este possível mal, resta o encarceramento no espaço doméstico sob a proteção masculina. As que resistem a estes preceitos ditados pela “natureza” – esposa e mãe – são acusadas de contribuir para o desmantelamento dos lares e da família. Fora do lar as mulheres são perigosas para a ordem pública. Estes limites da feminilidade, determinados pelos homens são uma maneira clara de demarcar a sua identidade.

Ocultar as mulheres da História é como se a humanidade tivesse caminhado somente com os passos masculinos. O único diferencial radical entre homens e mulheres é a capacidade de reprodução da mulher que se transforma em signo de inferioridade. Desde os gregos a maternidade tem se convertido em signo de desigualdade e menoridade³, transformando-se no real impedimento feminino ao poder, ao trabalho, à cidadania. A sociedade sempre leu a mulher a partir de seu corpo fechando-a na reprodução e na afetividade. A “natureza” - menstruação, gravidez e parto destinava as mulheres ao silêncio e à obscuridade, impossibilitando-as de outras formas de criação.

Entre os fatores que contribuíram para a chegada das mulheres na História, Michelle Perrot destaca como importantes, a crise dos grandes paradigmas como o positivismo e marxismo; a explosão da História com a Nova História (história em migalhas); e a demanda social com o movimento feminista (PERROT, 2005).

O movimento feminista é de importância fundamental em todas as conquistas do feminino. Durante muito tempo, talvez hoje ainda, muitas mulheres sentiam-se ofendidas quando chamadas de feministas. Discurso masculino poderoso e duradouro que ligava as feministas a mulheres feias, mal amadas etc. O ideal masculino, assumido por muitas mulheres, era ser feminina, meiga, doce à espera do marido provedor. Há bem

² Em sua obra *O contrato sexual*, Pateman elabora uma crítica à teoria política liberal e reinterpreta numa ótica feminista os textos de autores clássicos, como Rousseau, que teorizaram sobre o contrato social. Segundo ela o contrato sexual é o elemento fundamental para compreender a formação do patriarcado.

³ Não é de surpreender que em países desenvolvidos as mulheres não queiram mais ter filhos. A taxa de natalidade tem diminuído a cada ano, transformando-se em negativa. Vários governos tem oferecido políticas públicas diferenciadas para casais que procriem, como licença maternidade e paternidade ampliada, creches, abonos, etc.

pouco tempo, a maioria das mulheres deu-se conta de que foi este movimento o responsável pelas inúmeras conquistas femininas⁴.

2. DISCURSOS NORMATIZADORES

Filósofos, médicos, psiquiatras, padres e pedagogos desenvolveram argumentos que atingiram as mulheres. São elevadas a categoria de rainhas, de deusas, responsáveis pela sociedade; as que se recusam a cumprir seus deveres, de esposa e mãe exemplar, são ameaçadas de serem más e psicologicamente doentes. Todos estes discursos, incansavelmente repetidos, tiveram um efeito decisivo sobre as mulheres.

Quando falamos em História das Mulheres, lembramos sempre que a representação da diferença sexual deve pouco à ciência e quase tudo à política e à cultura. Diversos discursos explicaram o feminino, e conseqüentemente o masculino. Discursos poderosos que se fazem sentir ainda hoje. Os discursos de Platão a Freud, atravessaram os tempos e instituíram a definição de homem e de mulher e o papel que cabe socialmente a cada um.

* **Discurso grego** – Se recuarmos no tempo à procura da construção inicial do discurso da diferença entre homens e mulheres, chega-se ao pensamento médico/filosófico grego. Segundo este pensamento a mulher possui uma “debilidade” natural e congênita que legitima sua sujeição. Esta subordinação parecia formar parte da ordem natural das coisas. Aristóteles ao analisar a diferença entre machos e fêmeas no mundo animal, ao tomar como objeto de análise o homem e na mulher, transforma diferença em desigualdade. Segundo ele, entre outras tantas diferenças, a mulher possui um cérebro menor que o homem e como todo ser inferior, morre antes. Platão inaugura a “natureza feminina” que é apresentada como uma evidência dada. O primeiro desvio é o nascimento de uma fêmea. Para Hipócrates a matriz (útero), que circula no corpo da mulher, é a sede dos problemas, centro de doenças femininas. A mulher é uma eterna doente⁵.

* **Discurso Judaico Cristão** – A tradição cristã judaica colaborou de maneira decisiva para a inculcação da inferioridade da mulher. O relato da criação da mulher,⁶ bem como a da sua parte na tentação de Adão e sua conseqüente condenação por Deus, tem efeitos devastadores muito duradouros sobre a imagem da dignidade do feminino. No relato mítico do Éden a mulher retirou a humanidade do paraíso, por isso terá como castigo parir seus filhos com dor e ser dominada pelo marido, o que se revelará numa constante vigilância sobre seus costumes e um rigoroso confinamento doméstico. O mito da criação inaugura os espaços público e privado, a sujeição inerente ao seu próprio ser e o matrimônio e maternidade como as únicas vocações feministas. Segundo Michelle Perrot, o catolicismo recusa obstinadamente a ordenação das mulheres. Isto se explica pela história, pela idéia do pecado e da impureza feminina, pela angústia da carne, que atormenta o pensamento dos padres da Igreja. Também pela transcendência do sagrado, que passa justamente pela recusa da carne, da sexualidade e das mulheres (PERROT, 1998).

⁴ Sobre este tema, há inúmeras obras, mas destaco *A Revolução das Mulheres*. Um balanço do feminismo no Brasil. Moema Toscano e Miriam Goldenberg organizam este livro, excelente para consulta.

⁵ Sobre o tema ver Aristóteles em *De la génération des animau* e *Les parties des animaux*. Paris, Les Belles Lettres, 1957. Platão em *Diálogos*: Timeu, Critias, o Segundo Alcibiades, Hípias Menor. Belém, UPPA.GEU, 1986.

⁶ A capacidade de gerir feminina no mito da criação é capturada pelo masculino. É Adão o primeiro a “dar a luz” retirando de seu corpo o segundo ente.

* **Discurso Médico** – O discurso médico é sempre invocado para justificar o papel conferido à mulher na família ou na sociedade. A revolução científica não serviu para demonstrar a falsidade dos argumentos filosóficos religiosos sobre a inferioridade das mulheres. “Vós mulheres não são nada além de seu sexo”. E este sexo, acrescentavam os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doenças. “Vós sois a doença do homem”. No século 18 o corpo da mulher se torna coisa médica por excelência. Medicina e psiquiatria unem-se nos preceitos ao feminino. O útero dá identidade à mulher, é a sede dos males e toma conta do intelecto feminino. Cria-se a histerização do corpo feminino, e novamente aparece a maternidade como única saída.

* **Discurso Psicanalítico** – A psicanálise nasce através da histeria, da doença das mulheres. O discurso de Freud empresta um caráter científico à delimitação dos papéis sexuais. O sexo feminino é definido negativamente em relação ao masculino. Mulheres são homens castrados. Pela inveja da falta de um pênis, o feminino não terá senso de justiça e sofrerá de um sentimento de inferioridade.

* **Prática Jurídica** – As leis que normatizaram a vida dos homens e das mulheres seguiram muito de perto os discursos onde o ideal masculino era o da esposa fiel, serviçal e submissa. Os argumentos que os juristas dão para justificar a inferioridade das mulheres vão desde a falta de força física até a questões relacionadas com a honra e a moral, e com uma suposta incapacidade intelectual. A inferioridade legal das mulheres teve como conseqüência uma diminuição de sua capacidade jurídica em relação aos homens. As mulheres são nomeadas e controladas de maneira praticamente igual em todo ocidente. O antigo Código Civil, que vigorou até 2002, transformou-se na bíblia da desigualdade sexual contemporânea. Paradoxalmente, o casamento ao mesmo tempo em que é o passaporte para a menoridade é o anseio e desejo das mulheres.

3. MULHERES NO MUNDO PÚBLICO

O século XIX que assistiu a entrada da mulher em vários ramos de atividade também assistiu a um intenso debate entre a compatibilidade da feminilidade com o trabalho assalariado. Os debates morais centravam-se sobre uma questão crucial: qual o impacto do trabalho nas obrigações da esposa e mãe? Que tarefas são compatíveis com a “natureza” feminina?

Ainda são apresentadas como morais, frágeis, dóceis, emotivas, amantes da paz, da estabilidade e da comodidade do lar, incapazes de tomar decisão, desprovidas da capacidade de abstração, intuitivas, crédulas, sensíveis, ternas e pudicas. Necessitam por natureza serem submissas, dirigidas e controladas por um homem. Em ambos os casos, mesmo que de maneira contraditória, o discurso simbólico remete a uma natureza feminina, morfológica, biológica e psicológica. Esta “debilidade” natural, congênita das mulheres, legitimaria sua sujeição, inclusive de seu corpo⁷.

⁷ É interessante o discurso europeu por ocasião da 1ª guerra mundial. As mulheres porque são fracas, doentes, meigas não podem trabalhar fora do lar. Precisam ficar enclausuradas sob o olhar prescritivo de seu senhor. Quando inicia a guerra, os homens foram chamados ao campo de batalha e as minas, fábricas, etc., precisavam continuar produzindo riquezas para o país. As mulheres são chamadas e desempenham o papel nas minas de carvão, indústrias bélicas, dirigem bondes, trens, etc. Quando termina a guerra os homens voltam e repetem: mulheres vocês são meigas, doces, fracas., seu físico não é compatível com serviços desta natureza. Voltem para seus lares E elas voltam. Na 2ª guerra repete-se o mesmo discurso. Mas elas já haviam tirado as anquinhas, os espartilhos e desfeito os coques dos longos cabelos.

Um novo discurso médico sobre a educação das crianças reforça a pressão em favor da mulher no lar. As novas responsabilidades que os médicos investem sobre as mulheres torna impossível qualquer trabalho fora do lar. Jornais, romances e políticos apresentam as tarefas maternas como a mais nobre das carreiras: função social que assegura o equilíbrio das famílias, a saúde os filhos, a felicidade dos indivíduos, portanto a prosperidade da nação.

Nenhuma das atividades da mulher no mundo do trabalho, eliminou a responsabilidade das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos. Assim como não promoveu a valorização do trabalho doméstico. Aliás, a participação das mulheres em todas as atividades só tem feito bem para a humanidade.

Quando se discutia o voto feminino no Brasil, os contrários ao sufrágio universal diziam que a saída da mulher do santuário do lar, para votar, acabaria com a família. Os jornais são incansáveis em caracterizar as futuras cidadãs como as “Evas modernas”. “A Eva quer votar” e “o voto da costela” são alguns títulos de jornais gaúchos por ocasião da edição do Código Eleitoral de 1932 que incorporava as mulheres como cidadãs políticas. A mulher conquista o voto e a família continua.

A mulher acaba internalizando a naturalidade da discriminação, tornando-se difícil para ela romper com esta imagem de desvalorização de si mesma. Ela acaba aceitando como natural sua condição de subordinada, vendo-se através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina.

Se historicamente o feminino é entendido como subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não é registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que esteve presente, mas reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos. Desconstruir a história da história feminina para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias.

4. QUESTÕES PARA PENSAR O FEMININO

* **Representação do feminino.** Entendendo representação como os diferentes grupos culturais e sociais são apresentados nas diferentes formas de inscrição cultural, nos discursos e nas imagens pelos quais a cultura representa o mundo social.

Virginia Woolf ao falar sobre *Profissões para Mulheres*, em um discurso de 1931, conta que a paz familiar não foi quebrada pelo arranhão de uma caneta, mas que se quisesse resenhar livros, precisaria travar uma batalha com um fantasma feminino que aparecia entre ela e o papel enquanto estava escrevendo. O fantasma era compassivo, encantador, abnegado e sacrificava-se diariamente. Era tão condescendente que nunca tinha uma idéia ou desejo próprio e a pureza era considerada sua maior beleza. Ele incomodava tanto que foi preciso matá-lo: “tive que matá-lo senão ele teria me matado. Teria arrancado o coração de meu texto.” Ele demorou a morrer, ele era o *Anjo do Lar*. É mais difícil matar um fantasma que uma realidade. Matar o *Anjo da Casa* era parte das tarefas de uma escritora. “Creio que ainda passará um longo tempo antes que uma mulher possa sentar para escrever um livro sem encontrar um fantasma para ser assassinado, uma rocha para ser golpeada” (WOOLF, 1997).

Este conto de Virginia Woolf retrata a dificuldade das mulheres em ultrapassarem as barreiras do espaço privado, marcadas em sua identidade pela força da representação.

Se os discursos estão localizados entre relações de poder que definem o que eles dizem e como dizem, quem fala pelo outro, quem o representa, controla as formas de falar do outro.

A representação produz sujeitos. Mas a para ser eficiente precisa apagar as marcas de sua construção. Deve parecer natural e sempre dado, portanto, imutável.

***Desmerecimento.** As mulheres desmerecem-se, atribuindo-se pouca importância, assumindo o discurso masculino, de que o lugar do poder no mundo político é reservado aos homens. A questão do consentimento é central no funcionamento de um sistema de poder, seja social ou sexual, devendo ser objeto de estudo a dominação masculina também como dominação simbólica, que supõe a adesão das próprias dominadas a categorias e sistemas que estabelecem a sujeição. Sem falar em “consentimento” não é possível falar em relação de gênero, pois ele inculcou-se profundamente na vida das mulheres.

A mulher internaliza a naturalidade da discriminação, tornando-se difícil para ela romper com esta imagem de desvalorização de si mesma. Ela acaba aceitando como natural sua condição de subordinada, vendo-se através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina.

Por este motivo Pierre Bourdieu lembra que não basta ser do sexo feminino para ter uma visão da história das mulheres porque a visão feminina é uma visão colonizada, dominada que não vê a si própria. Recomenda ele que um objeto maior da história das mulheres deve ser o estudo dos discursos e das práticas que garantem que as mulheres consentam nas representações dominantes da diferença entre os sexos (BOURDIEU, 1995). Se não fosse assim, como explicar que meninos e meninas, gerados e criados em seus primeiros anos de vida por mulheres, frequentando a escola, assistidos basicamente por mulheres e mesmo assim terem pré-conceitos quanto aos papéis e gênero?

O consentimento feminino é um produto perverso da dominação masculina. Já dizia Simone de Beauvoir – “toda a história das mulheres foi feita pelos homens e as mulheres nunca disputaram este império com eles”.

***Público e Privado.** A dicotomia entre público e privado ocupa um lugar de destaque na história das mulheres. Mais do que a separação dos sexos entre as duas esferas, a hierarquização e a valoração dotada a cada um dos espaços é objeto de estudo. Ao feminino caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição é destinado o espaço privado; ao masculino, cultura, política, razão, justiça, poder, o espaço público. O homem público sempre foi reconhecido pela sua importância, participando das decisões de poder. Já a mulher pública, sempre foi vista como uma mulher comum que pertence a todos, não célebre, não ilustre, não investida de poder. Segundo Michelle Perrot, “a mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria” (PERROT, 1998). Pergunta a autora, como tornar possível uma história das mulheres se a elas foi negado até muito recentemente o acesso ao espaço público, lugar por excelência da história?

***Poder/Saber.** Michel Foucault auxilia as historiadoras na compreensão da História das mulheres, dizendo que esta história também tem sua história, e portanto pode ser mudada a cada instante. Considera o homem e a mulher como criações e conseqüências de uma determinada estrutura de poder. Os homens definem-se e constroem a mulher como o Outro, a partir deles mesmos. Foucault nos oferece algumas ferramentas úteis como: análise do poder, não como aquele que proíbe, que diz não, mas o poder que inci-

ta discursos e nomeia coisas e sujeitos. O corpo aparece como alvo privilegiado do biopoder, estratégias de resistência e técnicas de si. Foucault permite uma visão histórica do corpo, modelado pela cultura. As mulheres não tem a “vocação” única para a reprodução, que as fixava num tempo fora da história; Crítica ao universalismo e ao essencialismo. Base conceitual para o trabalho de desconstrução das palavras e das coisas. Não há objetos naturais, não há sexo fundado na natureza. Foucault permite uma visão histórica do corpo, modelado pela cultura; A análise foucaultiana dos poderes é adequada à pesquisa sobre as mulheres e às relações entre os sexos. Ela observa os micropoderes, suas ramificações, a organização dos tempos e dos espaços. Ela se ocupa não somente da repressão, mas da produção dos comportamentos; e as práticas foucaultianas da pesquisa histórica demonstram que a historicidade governa a relação entre os sexos, construção social. Ao mostrar em que contexto nascem a figura da mãe triunfante e subjugada, ou a da histórica, Michel Foucault rompe com o eterno feminino dos médicos e dos biólogos cujos discursos, nos séc. XVIII e XIX, reforçavam a sujeição das mulheres ao seu corpo e a seu sexo. Não existe o ser mulher.

***Gênero.** A história das mulheres apenas tem sentido se a analisarmos na relação ao outro sexo. Também a história dos homens é assim. Por isto a importância da categoria de gênero, que questiona os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. Falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção social e política. Segundo Joan Scott:

“Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às idéias, mas também às instituições, às estruturas, as práticas cotidianas, como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos” (SCOTT, 1998).

A história de gênero tenta introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada.

A idéia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história, secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade. São as sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença, portanto não há verdade na diferença entre os sexos, mais um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la.

*** Desconstrução.** Jacques Derrida desenvolveu o conceito “desconstrução”, teoria cética sobre a possibilidade do significado coerente, onde sugere que uma leitura desconstrutivista de um texto subverte o que é aparentemente significativo, ao descobrir nele contradições e conflitos. Para Derrida, a diferença dos sexos, não pertence à ordem do visível, do definível, mas do legível, da interpretação. Silviano Santiago em

um artigo intitulado *Arte Masculina*, interpretando Derrida, demonstra que o que era dado como universal pelos compêndios de filosofia nada mais era do que a confusão entre universalidade e masculinidade. Desconstruir, segundo ele, não significa negar ou anular os valores dados como universais pelo século XIX, mas mostrar aquilo que foi escondido ou recalçado pela universalidade (SANTIAGO, 1995).

***Diferença.** O pensamento feminista da diferença situa-se no campo da pós-modernidade porque sugere a multiplicidade, a heterogeneidade e a pluralidade e não mais a oposição e a exclusão binária, recorrendo portanto a autores como Nietzsche, Foucault, Deleuze e Derrida. A influência de Nietzsche parte do seu ceticismo em relação às noções de fato e de verdade, a negação das essências, a valorização da pluralidade de interpretações e a politização do discurso. As historiadoras que passaram da categoria da igualdade para a diferença sentiram a necessidade de falar de diferenças não somente entre homens e mulheres, mas também de diferenças entre as próprias mulheres, assim como usar a análise das mulheres como metáfora - metáfora dos sujeitos excluídos pelo discurso da universalidade. A diferença não é contrária à igualdade, mas à identidade. A igualdade das pessoas significa a igualdade de seus direitos civis e políticos, e não o fato de que essas pessoas sejam idênticas umas às outras por sua natureza ou mesmo por sua condição. Não é nas diferenças que reside o problema mas no modo como elas são hierarquizadas. Fruto desta hierarquia, as mulheres aparecem como inferior aos homens.

***Empoderamento.** Derivado da palavra inglesa *empowerment* que significa dar poder, habilitar, o termo tem sido usado numa perspectiva de gênero como o processo pelo qual as mulheres incrementam sua capacidade de configurar suas próprias vidas. É uma evolução na conscientização das mulheres sobre si mesmas, sobre sua posição na sociedade. O sistema de cotas reconhecidas como discriminação positiva, para corrigir séculos de desigualdade, são reconhecidas como tentativas de empoderamento das mulheres. O empoderamento deve capacitar as mulheres para assumir o poder levando em conta as relações de poder entre homem e mulher, hierarquicamente construídas.

ENFIM

A História das mulheres ao colocar no centro a questão das relações entre os sexos, revisita um conjunto de problemas - o poder, as representações, as imagens e o real, o social e o político, o pensamento simbólico, enfim a marginalização, o esquecimento de sujeitos na história do ocidente. A dificuldade de sua história deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados. A falta de informações contrasta com a abundância dos discursos e das imagens (musas e deusas)⁸. Fazer a história das mulheres é chocar-se contra este bloco de representações que as cobre.

É o olhar que faz a história. A história somente responde as perguntas que nós formulamos.

⁸ O caso mais é o da história francesa. Olympe de Gouges, acusada de trair a natureza de seu sexo, querer ser homem ao escrever a Declaração dos Direitos da Cidadã, foi guilhotinada pelas mesmas mãos que instituíram Marianne como deusa da Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGACINSKI, Sylviane (1999) *Política dos Sexos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ARISTÓTELES (1957) *Les parties des animaux*. Paris, Les Belles Lettres.
- ____ (1961) *De la génération des animaux*. Paris, Les Belles Lettres.
- BEAUVOIR, Simone (1960) *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- BOURDIEU, Pierre (1999) *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ____ (1995) “Observações sobre a História das Mulheres”. In: *As Mulheres e a História*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Dom Quixote.
- COLLING, Ana Maria (1997) *A resistência das mulheres à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- ____ (2000) “Os Buracos Negros da História (Ou da Invisibilidade do feminino)”. In: *Espaços da Escola*, Ijuí, UNIJUÍ, 2000.
- ____ (2004) “A construção histórica do masculino e do feminino”. In: *Gênero e Cultura*. Questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- FOUCAULT, Michel (1979) *História da sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- FRAISSE, Geneviève (1994) “Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos”. Tradução de Egito Gonçalves. In: *História das Mulheres no Ocidente*. V. 4. Porto: Afrontamento.
- HÉRITIER, Françoise (1996) *Masculino/Femenino. El pensamiento de la diferencia*. Traducción de Vicente Villacampa. Barcelona: Ariel.
- LAQUEUR, Thomas (2001) *Inventando o Sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- PATEMAN, Carole (1993) *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PERROT, Michelle (1998) *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp.
- ____ (2005) *As Mulheres e os silêncios da História*. Bauru, EDUSC.
- PLATÃO (1986) *Diálogos: Timeu, Critias, o Segundo Alcibiades, Hípias Menor*. Belém, UPPA.GEU.
- PRATT, Mary Louise (1999) *Os Olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru, EDUSC.
- PRIORE, Mary Del (1995) *Ao Sul do Corpo*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SCOTT, Joan (1995) “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre: UFRGS.
- ____ (1998) *La citoyenne paradoxale. Lês féministes françaises et lês droits de l’homme*. Paris, Albin Michel.
- TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian (1992) *A Revolução das Mulheres. Um Balanço do Feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- SANTIAGO, Silviano (1995) “Arte Masculina”. In: *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro, Rocco.
- WOOLF, Virginia (1996) *Profissões para Mulheres*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.